

O PROCESSO DE INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE

Bárbara Leite Pereira
Gabriella Souza Xavier
Marcelly Malacarne Milanez¹

RESUMO

O objetivo deste artigo foi discutir as possíveis formas de inserção do Serviço Social na temática do meio ambiente, considerando os diversos aspectos envolvidos nessa relação, perpassando pela questão política, ambiental e social.

Palavras-chave: Serviço Social, Meio Ambiente e prática profissional.

ABSTRACT

The purpose of this work was to discuss the possible insertion form of the social work into environment theme, considering the several aspects involved on the relation, passing by political, environmental and social question.

Keywords: social work, environment and professional practice

1 INTRODUÇÃO

Já faz algum tempo que a problemática ambiental não se limita à área das ciências naturais, pois tem despertado o interesse e o desenvolvimento de estudos em muitas áreas do conhecimento humano. Na verdade, o que vem ocorrendo é a abertura de novos e cada vez mais intrigantes questionamentos em relação ao tema.

No Serviço Social, aqui enxergado como uma profissão de caráter técnico e operativo, de intervenção na realidade e na compreensão do homem enquanto ser social, esse debate ainda é bastante frágil, com pouquíssimas produções acadêmicas e sistematizações de práticas. No entanto, é necessário que se faça um exercício de pensar a prática do assistente social nesse espaço, bem como o desenvolvimento de aparatos teórico-metodológicos que auxiliem e dêem sustentação a essa atuação.

2 DESENVOLVIMENTO

Indiscutivelmente, o Serviço Social é uma profissão que tem assumido uma característica de inserção em espaços políticos estratégicos e que está ligado à idéia de cidadania e igualdade social. E é nessa perspectiva, que se pode estabelecer fortes vínculos

¹ Estudantes da Graduação - Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

com a temática ambiental, tanto no que se refere aos ideais ambientalistas e suas respectivas práticas, quanto à proposta pedagógica de educação ambiental e até mesmo de mudança de mentalidade e comportamento. Esse possível – e necessário – laço entre a profissão e a questão ambiental se dá no sentido de construção de conhecimentos para uma sociedade sustentada no equilíbrio social e natural, além da inevitável articulação política, necessária para o fortalecimento das idéias compartilhadas. Isso já vem ocorrendo, devido ao fato de que o Serviço Social e o movimento ambientalista (julgado aqui, por seus ideais e práticas) possuïrem orientações teóricas e políticas que tendem a se complementar pela busca da superação das mazelas impostas pelo sistema vigente.

A questão ambiental já não é mais considerada um assunto superficial ou um mero modismo. O questionamento da lógica do sistema capitalista, que visa sempre o lucro máximo, já está posto (mais concretamente) desde os anos 70, com a realização da Conferência de Estocolmo (1972). Daí advieram cada vez mais formulações de propostas e alternativas para o meio ambiente. A permanência desse debate prova a urgência e a pertinência em se discuti-lo e disseminá-lo por toda a sociedade. A necessidade de reestruturação do modelo de desenvolvimento econômico está colocada e conta com vasta produção teórica sobre isso, como os estudos de Lester Brown (2003). Sobre essa questão, o autor mostra que a ruptura de consciência é fundamental, no que tange à concepção de que o homem é o centro do universo. Não existe mais a possibilidade de submeter a natureza às lineares leis do mercado, sem levar em conta seus ciclos e suas leis. O momento, segundo o autor, é de se pensar nos limites à expansão do capital e de se considerar a centralidade do meio ambiente para a sobrevivência humana.

Existem muitos pontos comuns entre o objeto das análises sociais e ambientais, dentre elas o desenvolvimento humano, que deve ser pensado diferente da lógica capitalista e consumista do mundo atual. Essa sociedade é caracterizada pelo progresso material ilimitado na medida inversa dos recursos naturais limitados. Sendo assim, para que se dê início à construção de uma solução palpável é necessário que a relação homem/natureza seja de troca e não de dominação e subjugação como vem acontecendo. De acordo com a definição de Mahbub UI Haq, consultor da ONU:

A razão de ser do desenvolvimento é o ser humano, que o gera. Por isso o desenvolvimento deve ter três atributos básicos: desenvolvimento das pessoas, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; desenvolvimento para as pessoas, garantindo que seus resultados sejam apropriados eqüitativamente pela população; e desenvolvimento pelas pessoas, empoderando, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários. E são duas as qualidades indissociáveis ao desenvolvimento: ser eqüitativo e sustentável. Ambas manifestam-se na forma como se dá sua construção e na distribuição de seus resultados, entre os membros das presentes e futuras gerações. Logo, a sustentabilidade do desenvolvimento é política, social, cultural, econômica e, não menos importante,

ambiental – entendendo-se por ambiente os serviços e recursos naturais que dão suporte ao processo do desenvolvimento humano, no presente e no futuro. O processo de desenvolvimento que atenda estes atributos e tenha estas qualidades será denominado Desenvolvimento Humano Sustentável (DHS).

Portanto, já é visível a emersão de um novo paradigma: o *desenvolvimento sustentável*. Esse termo, apesar de ter sido apropriado por grandes representantes do capital, representa aqui nesta análise, uma idéia ainda em construção, que leva em conta o almejado desenvolvimento local/regional, voltado para atender e servir às particularidades de cada população e que integre os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Esse paradigma é apenas uma formulação teórica e que, segundo Alejandro Pérez (2005), ainda necessita do esforço de todos os segmentos articulados com essa luta, destacando o Serviço Social.

A questão ambiental é também uma questão política e perpassa todo o debate sobre democracia e participação da sociedade nessas decisões. Não é possível desvinculá-las ou dissociá-las, uma vez que esse debate leva em conta diversas variáveis e não somente o aspecto ecológico. Essa é uma área indiscutivelmente politizada, em que o assistente social necessita compreender a correlação de forças existentes, a fim de promover o diálogo entre a população e os demais componentes envolvidos no jogo político.

Assim, utilizando a coerente e pertinente tese de Michael Löwy,

Enquanto as decisões econômicas e as escolhas produtivas ficarem nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, banqueiros e tecnocratas – ou no desaparecido sistema das economias estatizadas, de uma burocracia que escapa a todo e qualquer controle democrático – jamais sairemos do ciclo infernal do produtivismo, da exploração dos trabalhadores e da destruição do meio ambiente. A democratização econômica – que implica de socialização das forças produtivas – significa que as grandes decisões não são tomadas pelos “mercados” ou por um *politburo*, mas pela própria sociedade, após um debate democrático e pluralista, em que se oponham propostas e opções diferentes. É a condição necessária para a introdução de uma lógica sócio-econômica, e para uma outra relação com a natureza. (LOWY, 2005)

Essa constatação nos faz ver mais claramente que a relação entre acúmulo capitalista e as soluções dos problemas ambientais são incompatíveis, pois divergem no ponto-chave: a apropriação da riqueza.

São muitos os campos de trabalho, na área ambiental, que se abrem ao assistente social, em que sua prática deve residir na lógica do pensar globalmente e agir localmente. Por trabalhar diretamente com as políticas sociais, está a seu alcance a proposição de idéias e ações que levem em conta as variáveis ambientais, uma vez que isso pode repercutir no âmbito familiar, escolar e do trabalho. Também nesse sentido, abrem-se campos de atuação no que se refere à garantia da qualidade de vida da população de baixa renda e marginalizada, saneamento básico, coleta de lixo, planejamento

urbano, execução de projetos com a comunidade, além do envolvimento político com a causa.

Nesse processo de mudança da relação homem/natureza, o profissional de Serviço Social deve se situar como agente ativo de sensibilização da população, contribuindo para o processo de *aprendizagem social* (PÉREZ, Alejandro G., 2005), que visa a mudança dos padrões de consumo/produção, através de um processo lento e gradual, respaldado por consensos. A prática do assistente social deve ser o resultado de um planejamento integrado de sensibilização ambiental e compromisso com o projeto ético-político da profissão, acrescentando a constante reflexão sobre a proposta ética que impulsiona a ação, um exercício crítico sobre os valores que a regem.

A ação profissional do assistente social na área do meio ambiente deve consistir também em um meio de discussão, no qual a população possa participar das decisões que lhe cabem. Segundo o artigo 225 da Constituição Federal², o meio ambiente equilibrado é direito de todos. Portanto, como o Serviço Social tem a forte característica de atuar junto à garantia de direitos, isso se torna mais uma atribuição da categoria, forçando a sua inserção nessa área. Outro aspecto sobre o espaço de atuação do assistente social reside no fato de que os problemas ambientais do mundo moderno podem ser interpretados como uma das facetas da questão social, derivando do conflito básico capital x trabalho. É possível perceber melhor esse aspecto no momento em que o profissional se aproxima da área de habitação, uma vez que na organização urbana da população está explicitado o problema da apropriação do espaço, pois é visível a segregação das classes mais desfavorecidas na periferia, expostos à falta de acesso aos serviços básicos necessários à sua sobrevivência; enquanto a elite habita as partes mais estruturadas da cidade.

3 CONCLUSÃO

Indubitavelmente, ao voltar os olhos para a problemática meio ambiente dentro do serviço social, pode-se ver que a produção teórica é muito insípida, pois não contempla a totalidade desta discussão. Ainda não existem muitas pesquisas e publicações, apesar de já despertar o interesse de alguns estudantes e profissionais. Assim, diante da abertura de novos campos de trabalho, em Organizações Não Governamentais (ONG's) e no âmbito público e privado, é necessário e fundamental que o serviço social reflita epistemologicamente sobre a sua inserção nessa área, tanto em ao constructo puramente

²Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

teórico quanto no método prático como defensor dos direitos e propositor de políticas públicas que garantam o equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade.

REFERÊNCIAS

BROWN, Lester R. **Eco Economia**: consturindo uma Economia para a Terra. Salvador: UMA, 2003.

PÉREZ, Alejandro G. Necessidades de formação do assistente social no campo ambiental. In: **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo, Cortez, 2005.

HAQ, Mahbub UI. Disponível em www.multimidia.prudente.unesp.br - Acesso em: 26 março 2007.